

DRENAR-DF

Ibaneis entrega sistema de drenagem

Governador inaugura programa que duplica capacidade de captação e escoamento de águas pluviais da Asa Norte. Projetos para segunda fase estão em análise e têm previsão de início para o final deste ano ou começo do próximo

» MARIA EDUARDA LAVOCAT

Renato Alves / Agência Brasília



O governador Ibaneis Rocha inaugurou, ontem, o Drenar-DF, programa de captação e escoamento de águas pluviais, em uma solenidade que reuniu autoridades e apoiadores. Com um investimento de R\$ 180 milhões, o projeto duplica a capacidade da rede de drenagem da Asa Norte, reduzindo, significativamente, os impactos das chuvas para os moradores das quadras iniciais da região.

“A população da Asa Norte enfrenta problemas de inundação há mais de 30 anos, mas, com essa obra, essa questão será resolvida”, declarou o governador. Ibaneis também afirmou que os projetos para a segunda fase do Drenar estão sendo analisados, com previsão de início para o final deste ano ou começo do próximo. “É uma obra que eu não vou entregar dentro do meu mandato, mas que precisa ser feita para resolver definitivamente o problema. Precisamos pensar na cidade não apenas para um mandato, mas para os próximos 20, 30 anos”, completou.

A solenidade contou com a presença do presidente da Terracap, Izídio Santos. “Hoje passa um filme na minha cabeça, porque essa era uma obra que muitos achavam impossível de ser realizada. No entanto, diante dos desafios, montamos uma equipe qualificada, trabalhamos junto ao Iphan e conseguimos”, comemorou.

Como funciona

“Uma obra que você não vê, mas toda a Asa Norte vai sentir”. Esse é o slogan do projeto, que conta com 7,7 km de extensão de tubulação subterrânea por toda a Asa Norte. Com o objetivo de prevenir sobrecargas e minimizar impactos à população, a nova rede de tubulação foi conectada à antiga em sete pontos estratégicos. Os dispositivos de derivação, semelhantes a janelas, permitem que parte do volume de água captado pela estrutura antiga seja direcionado para o novo sistema.

Em vídeo divulgado pela Agência Brasília, o diretor-técnico da Terracap, Hamilton Lourenço, explica que a nova rede é paralela à antiga. Quando houver um volume alto de água, o Drenar vai garantir que a maior parte seja escoada até a bacia, localizada no Setor de Embaixadas

Com investimento de R\$ 180 milhões, o maior programa de escoamento da capital reduzirá alagamentos na área central

Geovana Albuquerque/ Gabriel Caldeira / Agência Brasília



Sede da bacia de retenção do Drenar-DF, o Parque Internacional da Paz torna-se o novo cartão-postal dos brasilienses

Norte, desafogando a rede original, permitindo que ela cumpra, também, seu papel. “É um sistema pensado de forma global, que capta a água antes que ela chegue na Tesourinha”, comenta.

Ao todo, foram construídas 291 bocas de lobo em pontos estratégicos, definidos com base em estudos sobre as áreas mais afetadas por alagamentos. O sistema de drenagem duplica a ca-

pacidade da rede existente, minimizando os impactos imediatos das chuvas para os moradores das quadras iniciais da Asa Norte. Ele foi projetado para suportar chuvas intensas e garantir o

transporte eficiente de grandes volumes de água até o ponto de escoamento.

“Esse método será, agora, referência para outras obras de drenagem que precisamos exe-

7,7km
É a extensão de tubulação subterrânea por toda a Asa Norte

cutar, como em Ceilândia e na Hélio Prates”, afirmou o governador.

As obras foram divididas em cinco lotes e executadas pela Terracap, sendo concluídas de forma escalonada. No auge das atividades, 35 frentes de trabalho atuaram simultaneamente em todos os lotes, gerando aproximadamente 450 empregos diretos e indiretos.

Bacia de retenção

Outra solução adotada para melhorar a drenagem foi a construção de uma bacia de retenção, projetada para conter o grande volume de águas pluviais e, ao mesmo tempo, criar um novo espaço de lazer para a população: o Parque Urbano Internacional da Paz, inaugurado com o programa Drenar DF.

Localizado no Setor de Embaixadas Norte, o reservatório ocupa uma área de 37 mil m² — o equivalente a quatro campos de futebol tradicionais — e tem capacidade para armazenar até 96 mil m³ de água, volume suficiente para encher 40 piscinas olímpicas.

Além de reduzir a pressão da água que deságua no lago, a bacia atua no processo de decantação, minimizando a quantidade de sedimentos e resíduos transportados. Com isso, contribui para a manutenção da qualidade e da balneabilidade do lago Paranoá, que atualmente apresenta condições adequadas em 95% de sua extensão. Antes da obra, o fluxo de água chegava em alta velocidade, carregando resíduos sólidos, lixo e até animais mortos.

“Além da drenagem, também entregamos um parque que, além de resolver um problema histórico da região, proporciona um espaço de lazer para a população. Diversas árvores estão sendo plantadas, tornando o ambiente ainda mais agradável. Brasília merece isso: uma capital bem cuidada, planejada com carinho”, celebrou Ibaneis.

PDOT

Audiência pública debate sustentabilidade

» RICARDO DAEHN

A população convocada, ontem, para a discussão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) debateu o tema da sustentabilidade, no Centro de Ensino Médio Elefante Branco.

“Ainda estamos na etapa das primeiras discussões, daí chamamos de pré-propostas, para a definição do PDOT, que terá audiência pública, antes da apreciação pela Câmara Legislativa, prevista para junho. Hoje, no quesito da sustentabilidade, trataremos questões de território ligadas à adaptação e mitigação das mudanças climáticas. Em 5 de abril, a população poderá debater as estratégias territoriais que englobam áreas de regularização e oferta habitacional de interesse social, além de temas de mobilidade”, explica Juliana Coelho, representante da subsecretaria de política e planejamento urbano da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do DF (Seduh).

Na revisão das regras que orientam o crescimento do DF, pesam interesse coletivo, levantamentos técnicos e a constru-

ção coletiva, com propostas desenvolvidas entre 2023 e 2024. Uma reunião pública, em fins de abril, promete trazer a sistematização e a consolidação de propostas a serem debatidas no legislativo.

O tema amplo — que traz impacto no desenvolvimento econômico sustentável, na gestão social da terra e na regularização fundiária, entre outros quesitos — mobiliza pessoas como a engenheira agrônoma aposentada Carmem Correia, da Cooperativa Agro ambiental Palmas do Lago Oeste. “Temos como luta para nós, que ocupamos uma área de zona rural, que ela permanecer rural. Queremos regularizar, coletivamente, a cooperativa como gleba única”, observa.

“A manutenção da permeabilidade do solo, no DF, é importante, por estarmos na era dos extremos climáticos e a questão da infiltração e da manutenção da água no subsolo é vital. Em áreas adensadas, muito urbanizadas, a água não infiltra e não permanece. Na comunidade, temos a preocupação, com 250 cooperados, há apenas cinco poços artesanais que abaste-

Fotos: Ricardo Daehn CB/DA Press



Carmem Correia e Jasson Firme representam a sociedade civil no debate

cem todo mundo. Temos a restrição de água, mas a consciência da necessidade desta economia”, ressalta Carmem.

O foco no PDOT, e na sua reformulação, feita a cada 10 anos (houve atraso devido à covid-19), levou o engenheiro Jasson Pierre

O que é o PDOT

O Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) é o instrumento básico da política territorial e de orientação aos agentes públicos e privados que atuam na produção e gestão das localidades urbanas, de expansão urbana e rural do território do Distrito Federal. Segundo a Lei Orgânica do DF, art. 31, o Plano Diretor abrangerá todo o espaço físico do Distrito Federal e regulará, basicamente, a localização dos assentamentos humanos e das

atividades econômicas e sociais da população.

O Plano Estruturador de Organização Territorial (PEOT), elaborado em 1977 e homologado pelo Decreto n.º 4.049, de 10 de janeiro de 1977, constituiu-se na primeira medida administrativa concreta objetivando o ordenamento territorial do Distrito Federal.

A última revisão no PDOT, por parte do Executivo, foi realizada por meio da Lei Complementar n.º 803 de 25 de abril de 2009.

Firme, morador da Península do Lago Norte ao debate no Elefante Branco. “Acompanho com frequência a questão da ponte nova do Lago Norte. Há um projeto em andamento no GDF que não interessa à comunidade, a meu ver. Morei em MI e ainda perto do Itapoá. Vejo a construção de duas pontes por lá como algo que matará a Península do

Lago Norte, em termos de trânsito. A estrutura não foi projetada para fluxo de trânsito que integre Lago Norte, Paranoá e Itapoá”, disse o servidor público, com expectativas para o debate.

Jasson se mostrou preocupado, ainda, com o desmatamento que virá para o desenvolvimento da futura segunda fase do Taquari.